

Alberto Furuguem
(furuguem@furuguem.com.br)

FATOR PALOCCI

O ruído produzido pelas matérias jornalísticas em torno do Ministro-Chefe da Casa Civil constitui motivo de preocupação, pois, acreditamos, a contribuição de Palocci para o sucesso da administração Dilma Rousseff pode ser decisiva.

Isso ganha ainda mais importância no momento em que a inflação preocupa e pairam dúvidas sobre os resultados da política macroeconômica do Governo Dilma.

A Presidente Dilma teria dito que Palocci ficará no ministério até o fim de seu Governo, depois de uma longa reunião no Palácio da Alvorada.

Tomara que isso ajude a esvaziar as pressões sobre a figura do principal auxiliar da Chefe do Poder Executivo.

Essa suposta afirmativa de Dilma faz lembrar os tempos difíceis em que o Brasil, no Governo Figueiredo, enfrentava uma crise cambial complicada, depois da moratória mexicana de setembro de 1982. Corria o ano de 1983, com o Brasil assinando sucessivas cartas de intenções dirigidas ao Fundo Monetário Internacional, na tentativa de normalizar suas relações com a comunidade financeira internacional.

Naquela época, o então Ministro do Planejamento, Delfim Netto, foi alvo de especulações sobre sua permanência, ou não, no Ministério. As especulações resultavam, naturalmente, do desgaste do Governo face as dificuldades na área econômica. As especulações cresceram nos dias em que o Presidente Figueiredo ausentara-se do País para tratamento de saúde (fora a Cleveland, nos Estados Unidos, para uma cirurgia cardíaca, ou algo parecido), deixando como Presidente Interino o então Vice-Presidente Aureliano Chaves, conhecido como de “estopim curto”.

Chegando à Brasília, Figueiredo teria convidado o Ministro Delfim Netto para um almoço, na Granja do Torto. O almoço teria durado 4 horas, ao final do qual Figueiredo teria assegurado que Delfim ficaria no cargo até o final de seu mandato. Acabaram-se as especulações.

Figueiredo, como sabemos, foi o último Presidente do período militar e deixou o cargo em 15 de março de 1985, quando iniciou-se o período democrático (com Sarney, visto que Tacredo não chegara a tomar posse). As dificuldades causadas pela crise da dívida

externa aprofundaram-se ao longo do Governo Sarney, ao final do qual a inflação chegara a 80% ao mês, algo quase inimaginável nos dias atuais.

Agora temos uma inflação incomparavelmente menor, mas ainda assim não menos preocupante, pois a questão é saber se a estabilidade, conquistada a duras penas, corre risco.

A presença de Palocci no Governo Dilma pode representar fator decisivo, se em algum momento a política monetária tiver que passar por algum ajuste (rumo a maior ortodoxia), para evitar que a inflação se acelere para níveis ainda mais perigosos.

Sabemos que a política monetária do Governo Dilma busca conciliar o controle da inflação com o crescimento do PIB, diferentemente dos governos anteriores (Lula e FHC) quando, em dúvida, priorizava-se, cronologicamente, o controle da inflação, com choques monetários. Lembre-se, por exemplo, que tanto na crise asiática (set/97), quanto na crise cambial brasileira (fev/99), o BC de FHC elevou a taxa SELIC para 45% a.a. para controlar a inflação. As incertezas do último trimestre de 2002, que levaram o dólar a aproximar-se de R\$ 4,00, diante das expectativas geradas pela eleição de Lula, também fizeram o BC elevar o juro até 26% a.a. Henrique Meirelles, nomeado por Lula para comandar o BC, não somente manteve, inicialmente, o juro básico em patamar elevado, como o elevou um pouco mais, antes de começar a reduzi-lo.

Haveria, no Governo Dilma, alguém mais apropriado do que Palocci, inclusive dado seu passado no Ministério da Fazenda, para ajudar em uma eventual necessidade de ajuste ortodoxo na política monetária? Devemos torcer para que os problemas políticos envolvendo Palocci sejam superados, para que os rumos da política macroeconômica não sejam colocados em risco e, sobretudo, para que o controle da inflação seja priorizado.

Brasil - Indicadores Seleccionados

Ítems	2007	2008	2009	2010	2011 projeção	2012 projeção
1. População (Milhões de habitantes) (1)	185,7	187,6	189,0	191,1	192,8	194,5
2. PIB (US\$ bilhões) (PPP)	1834,0	1860,0	1900	2000,0	2100,0	2180,0
3. PIB per capita (dólares) (PPP) (1)	9876	9915	10050	10460	10890,0	11210,0
4. PIB (R\$ bilhões - a preços correntes)	2661	3032	3185	3675	4000,0	4450,0
5. PIB (US\$ bilhões - a preços correntes)	1310	1491	1420	2050,0	2400,0	2500,0
6. PIB - Crescimento (% a.a.)	6,1	5,2	-0,6	7,5	3,8	4,3
- Indústria	5,3	4,1	-6,4	10,1	3,1	4,0
- Agropecuária	4,8	6,1	-4,6	6,5	3,8	4,4
- Serviços	6,1	4,9	2,2	5,4	4,1	4,4
7. Inflação (% a.a.) (preços ao consumidor) (IPCA)	4,5	5,9	4,3	5,9	6,2	5,1
8. Inflação (% a. a. - IGPM)	7,7	9,8	-1,7	11,3	6,8	4,9
9. Taxa média de desemprego (%)	9,3	8,1	8,1	6,5	6,3	6,2
10. Taxa Nominal de juros (SELIC % a.a.)	11,25	13,75	8,75	10,75	12,50	11,75
11. Taxa real de juros (% a.a.)	8,1	7,2	4,5	4,0	5,5	6,3
12. Taxa de Investimento	17,4	19,1	16,9	18,4	19,5	19,5
13. Exportações (US\$ bilhões)	160,6	197,9	153,0	201,9	251,0	261,0
14. Importações (US\$ bilhões)	120,6	173,2	127,6	181,6	233,0	250,0
15. Balança comercial (US\$ bilhões)	40,0	24,7	25,4	20,2	18,0	11,0
16. Saldo em conta-corrente (US\$ bilhões)	3,6	-28,3	-24,3	-47,5	-60,0	-70,0
17. Saldo em conta-corrente/PIB (%)	0,3	-1,8	-1,6	-2,3	-2,5	-2,8
18. Investimentos Externos (US\$ bilhões)	34,6	45,1	25,9	48,5	50,0	45,0
19. Reservas Cambiais (US\$ bilhões)	180,3	206,8	239,0	288,6	340,0	340,0
20. Dívida externa total líquida (US\$ bilhões)	-11,9	-27,7	-61,2	-50,0	-55,0	-55,0
21. Dívida externa total líquida/exportações	0,0	-0,1	-0,4	-0,3	-0,3	-0,2
22. Taxa de Câmbio final de período (R\$/US\$)	1,78	2,35	1,74	1,67	1,75	1,80
23. Taxa de Câmbio Real/Dólar (variação %)	-16,8	32,0	-26,0	-4,0	4,8	2,9
24. Déficit Público Nominal (% PIB)	2,3	2,0	3,3	2,6	2,8	2,5
Governo Federal	...	0,9	3,4	1,3
Governos Estaduais e Municipais	...	1,2	-0,1	1,3
Empresas Estatais	...	-0,1	...	0,0
25. Dívida Pública Líquida (US\$ bilhões)	674,6	490,9	773,2	883,7	914,0	953,0
26. Dívida Pública Líquida/PIB (%)	43,9	38,8	43,0	40,4	40,0	39,0
27. Dívida Pública Líquida (R\$ bilhões)	1150,4	1153,6	1345,3	1475,8	1600,0	1715,0
28. Carga Tributária (% do PIB)	34,5	34,9	34,3	35,0	36,0	36,0
29. Juros/PIB (%) ^(**)	6,3	5,6	5,4	5,4	5,5	5,3
30. Supermercados - Vendas Reais (%)	5,9	9,0	5,5	4,3	4,0	4,0

Fonte dos dados observados: IBGE, Banco Central, FGV, BNDES, IPEA; SECEX e ABRAS.

(1) Estimativa sujeita a alteração

(*) Calculado pelo Banco Mundial, utilizando o critério de Paridade de Poder de Compra (PPP) .

(**) Juros nominais